



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA DE TUPARETAMA

CNPJ.: 11.358.124/0001-60

LEI Nº. 362 DE 17 DE DEZEMBRO DE 2014.

Ementa: Estima receita e fixa a despesas do Município de Tuparetama para o Exercício Financeiro de 2015.

O Prefeito Constitucional do Município de Tuparetama, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou, e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º - O Orçamento Geral do Município de Tuparetama, Estado de Pernambuco, para o exercício de 2015, discriminado pelos anexos integrantes desta Lei, orça a RECEITA e fixa a DESPESA em R\$ 29.831.600,00 (Vinte e Nove Milhões, Oitocentos e Trinta e Um Mil e Seiscentos Reais).

Art. 2º - A Receita do Orçamento Fiscal decorrerá da arrecadação de tributos e de outras Receitas Correntes, na forma da legislação vigente, de acordo com a seguinte discriminação:

DISCRIMINAÇÃO	VALOR - R\$
Receitas Tributárias	1.628.000,00
Receitas de Contribuições	415.525,00
Receita Patrimonial	132.000,00
Receitas de Serviços	16.500,00
Transferências Correntes	23.577.000,00
Outras Receitas Correntes	132.000,00
Receitas de Capital	5.412.000,00
Receita Intra-Orçamentária	1.234.475,00
Deduções da Receita Orçamentária	-2.715.900,00
TOTAL GERAL	29.831.600,00



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA DE TUPARETAMA

CNPJ.: 11.358.124/0001-60

Art. 3º - A Despesa do Orçamento Fiscal apresenta a sua composição por funções de Governo e órgãos conforme o seguinte desdobramento:

I - DESPESA POR FUNÇÃO DE GOVERNO:

FUNÇÃO	TOTAL
01-Legislativa	1.080.000,00
04-Administração	3.528.080,00
08-Assistência Social	2.228.550,00
09-Previdência Social	1.652.200,00
10-Saúde	9.306.145,00
12-Educação	7.586.040,00
13-Cultura	1.222.330,00
15-Urbanismo	1.897.436,00
17-Saneamento	151.800,00
20-Agricultura	774.570,00
25-Energia	66.000,00
26-Transporte	10.000,00
99-Reserva de Contingência	328.449,00
TOTAL GERAL	29.831.600,00

II - DESPESAS POR ÓRGÃOS

ÓRGÃOS	VALOR
01001-Câmara Municipal	1.080.000,00
02001-Gabinete do Prefeito	460.000,00
03001-Secretaria de Governo	169.675,00
04001-Secretaria de Finanças	1.765.899,00
05001-Secretaria de Educação	3.175.040,00
05002-Fundeb	4.411.000,00
06001-Secretaria de Cultura, Turismo e Esporte	1.222.330,00
08001-Secretaria de Assistência Social	122.100,00
08003-Fundo Municipal Direitos Criança e Adolescente	170.170,00
09001-Secretaria de Desenvolvimento Rural	774.570,00
10001-Secretaria de Administração	1.460.955,00
11001-Secretaria de Habitação, Obras e Serviços Urbanos	2.125.236,00
13001-Fundo Municipal de Saúde	9.306.145,00
14001-Fundo Municipal de Assistência Social	1.936.280,00

Av. Central, SN – Centro – Tuparetama – PE

E-mail: tuparetama.pe.gov@hotmail.com FoneFax.: (87) 3828 - 1156


Edvan César Pessoa da Silva
PREFEITO



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA DE TUPARETAMA

CNPJ.: 11.358.124/0001-60

15001-Funpretu	1.652.200,00
TOTAL GERAL	29.831.600,00

Art. 4º - O Poder Executivo poderá, no Interesse da Administração, designar como Unidades Gestoras de Créditos Orçamentários, as Unidades Orçamentárias constantes do quadro de despesas por funções constantes no Artigo anterior, e até mesmo Unidades Administrativas ou Fundos a elas vinculadas, com as atribuições de movimentar dotações consignadas nas Unidades Orçamentárias, atendendo às disposições do parágrafo único do Art. 14 e a do Art. 66 da Lei Federal Nº 4.320/64.

Art. 5º - Atendendo ao disposto no Art. 56 da Lei Federal Nº 4.320/64, o recolhimento das Receitas do Tesouro, ressalvadas aquelas cuja peculiaridade exija tratamento específico por parte do Poder Executivo, será efetuado em estrita observância ao princípio de Unidade de Tesouraria, vedada a fragmentação para criação de caixas paralelos.

Art. 6º - Fica autorizado o Poder Executivo durante o Exercício de 2015 a:

I – Abrir créditos suplementares até o limite correspondente a 5% (cinco por cento) do total da Receita Prevista nesta Lei, na conformidade do Art. 6º, da LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2015, com a finalidade de atender insuficiências de dotações constantes da presente Lei e de créditos adicionais, na forma do que dispõem os artigos 7º e 40º da Lei Federal Nº 4.320/64, obedecidos os critérios abaixo indicados:

II – Realizar Operações de Crédito por antecipação de receitas até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da receita prevista.

III – Abrir Crédito Adicional Especial usando como fonte de recurso o excesso de arrecadação, aqueles decorrentes de transferências de convênios das esferas do Governo Federal e Estadual durante o exercício financeiro de 2014.

Art. 7º O limite autorizado no Art. 6º não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – Criar e remanejar elementos de despesas desde que no mesmo Projeto atividade e grupo de despesa;



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA DE TUPARETAMA

CNPJ.: 11.358.124/0001-60

II - atender insuficiência de dotações do Poder Legislativo, por meio de anulação de saldos de dotações pertencentes ao referido Poder;

III - atender insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais;

IV - atender ao pagamento de despesas decorrentes de precatórios judiciais, amortizações e juros da dívida;

V - atender insuficiências de outras despesas de custeio e de capital consignadas em Programas de Trabalho dos Sistemas Municipais de Saúde, de Ensino e de Assistência Social;

Art. 8º - Os Créditos especiais extraordinários autorizados no Exercício de 2014, ao serem reabertos, na forma do parágrafo 2º do Art. 128 da Constituição Estadual, serão reclassificados em conformidade com os mesmos critérios e modelos adotados na presente Lei.

Art. 9º - O Poder Executivo estabelecerá normas disciplinando a operacionalização do orçamento de que trata a presente Lei, fixando as medidas necessárias a manter os dispêndios compatíveis com as receitas arrecadadas, a fim de obter o equilíbrio financeiro preconizado pela legislação específica.

Art. 10º - O Poder Executivo publicará, antes do início do Exercício de 2015, o Quadro de Detalhamento de Despesa – QDD – para todas as Unidades Orçamentárias constantes da Presente Lei.

Art. 11º - Fica o Poder Executivo autorizado a atualizar, através de Decreto, os valores constantes desta Lei em 2015 para as rubricas de receitas estimadas e as dotações das despesas fixadas mediante aplicação do índice de variação de preços, IGP-M ou outro índice que venha a ser adotado pelo Governo Federal.

Art. 12 – Fica o Poder Executivo autorizado a remanejar valores de dotações da modalidade “90 – Aplicações diretas” para as modalidades “71-Transferências a Consórcios Públicos” ou “72 – Execução Orçamentária Delegada a Consórcios Públicos”, caso sejam firmados convênios, contratos ou instrumentos congêneres com Consórcios de municípios para execução de Ações Governamentais deste



GOVERNO MUNICIPAL
PREFEITURA DE TUPARETAMA

CNPJ.: 11.358.124/0001-60

Município de Tuparetama, não se computando os valores remanejados para efeitos do limite autorizado no Artigo 6º desta Lei.

Art. 13º - Atendendo ao que determina o art. 8º da LDO para 2014, esta proposta orçamentária poderá ser emendada, respeitadas as disposições do art. 166, § 3º da Constituição Federal, devendo o Orçamento ser devolvido à sanção do Poder Executivo até 30 de novembro, devidamente consolidado, na forma da Lei.

Art. 14º - A presente Lei entrará em vigor na data de sua publicação, contando-se os seus efeitos a partir de 1º de Janeiro de 2015.

Art. 15º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, em 17 de dezembro de 2014.


EDVAN CÉSAR PESSOA DA SILVA
Prefeito Municipal

Edvan César Pessoa da Silva
PREFEITO